



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Prestar atenção à fiscalização dos fumos oleosos dos estabelecimentos de restauração em Macau

Com o estabelecimento do objectivo nacional de duplo carbono “3060”, o Governo tem-se empenhado, nos últimos anos, no desenvolvimento de acções de protecção ambiental, e em resultado disto, tem-se verificado uma certa melhoria em todos os indicadores ambientais, proporcionando um ambiente mais saudável e arborizado para o desenvolvimento urbano e a vida da população. No entanto, a emissão de fumos oleosos por parte do sector da restauração continua a ser um problema que concentra a atenção da sociedade, constituindo também um dos principais factores da poluição do ar. Apesar de o regime de fiscalização ter sido alvo de discussão há mais de dez anos, como, até ao momento, ainda não existe um mecanismo completo, os residentes que moram perto dos estabelecimentos de restauração sofrem muito.

Olhando para o regime vigente, os estabelecimentos de restauração de Macau dividem-se em três tipos: os restaurantes licenciados pelo Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) e os restaurantes licenciados pela Direcção dos Serviços de Turismo (DST), nos termos do Decreto-Lei n.º 16/96/M [1], e as lojas de *takeaway* regulamentadas pelo “Regime de registo dos estabelecimentos de actividades de *takeaway*”, registadas no IAM [2]. Porém, analisando-se as normas em causa, apenas os estabelecimentos de restauração licenciados pelo IAM precisam de cumprir um conjunto de indicadores de emissão de fumos oleosos, de acordo com a 12.^a deliberação da sessão n.º 01/2019 do Instituto [3], enquanto os licenciados pela DST



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

e as lojas de *takeaway* não estão sujeitos a nenhuma fiscalização, o que dificulta o acompanhamento das queixas pelos serviços competentes. Mais, segundo a resposta do Governo a uma interpelação de um deputado, como ainda não entraram em vigor os diplomas sobre esta matéria, as autoridades só emitem instruções aos estabelecimentos, apelando para que procedam a aperfeiçoamentos, o que pouco contribui para a resolução efectiva do problema [4].

De facto, já em Setembro de 2015, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) tinha concluído a consulta pública sobre as Normas para Controlo de Emissão de Fumos Oleosos dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas e Melhoramento do Regime de Fiscalização em Macau e publicado o relatório final [5], que contou com o total apoio da sociedade, porém, já se passaram quase dez anos e não se registaram mais avanços. Além disso, na resposta à interpelação acima referida, o Governo afirmou que tinha sido concluída, em Setembro de 2020, a análise jurídica de dois projectos de regulamento administrativo, nomeadamente sobre os limites de emissão de fumos gordurosos e normas de gestão dos equipamentos dos estabelecimentos de restauração e sobre o plano de apoio financeiro à aquisição de equipamentos de controlo das emissões de fumos gordurosos do sector da restauração [6], mas, já se passaram três anos, e estes dois projectos ainda não estão agendados para discussão.

Tendo em conta as opiniões da população ao longo do tempo e as necessidades de protecção ambiental em Macau, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Já foi concluída a análise jurídica dos projectos de regulamento administrativo sobre os limites de emissão de fumos gordurosos e normas de gestão dos equipamentos dos estabelecimentos de restauração e sobre o plano de apoio



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

financeiro à aquisição de equipamentos de controlo das emissões de fumos gordurosos do sector da restauração, então, qual é o ponto da situação? Quando é que vão ser publicados, para servirem de referência à sociedade e aos estabelecimentos em causa?

2. O Governo afirmou que cerca de 80 por cento dos estabelecimentos alvo de queixas relativas à emissão de fumos oleosos conseguiram melhoramentos efectivos, após a aquisição ou substituição de equipamentos para tratamento de fumos oleosos através do Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Produtos e Equipamentos para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética [7], que, entretanto, foi suspenso em Dezembro de 2015. Então, atendendo ao grande desenvolvimento das técnicas de protecção ambiental e de conservação energética registado nos últimos oito anos e à definição do objectivo de atingir o pico das emissões de carbono até 2030, o Governo deve ponderar sobre a possibilidade de lançar, novamente, o plano de apoio financeiro à aquisição de equipamentos para a protecção ambiental antes da implementação do plano de apoio financeiro à aquisição de equipamentos de controlo das emissões de fumos gordurosos do sector da restauração, com vista a incentivar mais estabelecimentos de restauração, ou até outros estabelecimentos comerciais, a utilizarem equipamentos e produtos que satisfaçam os padrões ecológicos. Vai fazer isto?

3. O nosso País, além de otimizar, continuamente, os critérios de controlo e a execução da lei, adoptou meios inteligentes, tais como a monitorização em tempo real dos fumos oleosos dos estabelecimentos de restauração, para apoiar a fiscalização. Assim sendo, o Governo deve incluir o aproveitamento de tecnologias inteligentes,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

entre outras medidas de fiscalização, no regulamento administrativo relativo aos limites de emissão de fumos gordurosos e normas de gestão dos equipamentos dos estabelecimentos de restauração, para aumentar a eficácia da gestão e reduzir os custos humanos e temporais que as inspeções implicam. Vai fazê-lo?

Referência:

1. Decreto-Lei n.º 16/96/M - Aprova o novo regime de actividade hoteleira e similar, Imprensa Oficial, https://bo.io.gov.mo/bo/i/96/14/declei16_cn.asp
2. Regime de registo de estabelecimentos de actividades de *takeaway*, Imprensa Oficial, https://bo.io.gov.mo/bo/i/2021/34/regadm30_cn.asp
3. Breve apresentação dos pareceres técnicos do IAM no âmbito da higiene ambiental, <https://www.iam.gov.mo/showFile.ashx?p=onestop/ImageAlbum/636979461170294.pdf>
4. Resposta a interpelação escrita, 3 de Março de 2023, DSPA, <https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2023-03/1105464099743ae16a.pdf>
5. Normas para Controlo de Emissão de Fumos Oleosos dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas e Melhoramento do Regime de Fiscalização em Macau, DSPA, https://www.dspa.gov.mo/richtext.aspx?a_id=101104
6. Igual à referência [4]
7. Resposta a interpelação escrita, 14 de Dezembro de 2020, DSPA, <https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2020-12/577475feaf03b47b97.pdf>

19 de Dezembro de 2023

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Ma lo Fong